

O PT Esquece e Relembra o Passado: Tensões e Distensões nas Memórias Petistas sobre o Governo João Goulart

The Workers' Party Forgets and Remembers the Past: Tensions and
Distensions in the Workers' Party's Memories
about the João Goulart Government

Barbara Goulart¹
barbara_4578@hotmail.com

Resumo

O objetivo do artigo é analisar a relação do Partido dos Trabalhadores com a imagem do ex-presidente João Goulart. Através do exame de entrevistas e discursos de quadros petistas, demonstro que no momento de surgimento do Novo Sindicalismo, movimento operário do qual nasce o PT, a figura de Goulart era fortemente associada ao peleguismo e à imagem do político populista. Porém, argumento que nos últimos anos, essa memória vem sofrendo mudanças e Jango passa a ser visto de maneira mais positiva entre os políticos que fazem parte dos quadros do PT, culminando na experiência vivenciada pelo partido durante o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, chamado por eles de golpe, assemelhando então o evento ao golpe que derrubou Goulart. Nesse sentido, trabalho também com o conceito de trajetória reputacional, mostrando como a reputação política do ex-presidente mudou ao longo dos últimos anos.

Palavras-chave: Reputação; Memória; João Goulart; Partido dos Trabalhadores.

Abstract

The objective of the paper is to analyze the Workers' Party relationship with the image of former President João Goulart. Through the examination of interviews and public speeches, I demonstrate that at the emergence of the labor movement called New Unionism, from which the Workers' Party was born, Goulart's image was strongly attached to the idea of the populist politician. However, I argue that this memory has recently suffered changes, where Goulart's image is now seen in a much more positive light by politicians affiliated to the Workers' Party, culminating in experience of the impeachment of President Dilma Rousseff, called by them a Coup, therefore relating the event to the Coup that overturned Goulart. In this sense, I work with the concept of reputational trajectory, showing how the political reputation of the former president changed over the last years.

Keywords: Reputation; Memory; João Goulart; Workers' Party.

¹ Pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ).

Introdução

A historiografia sobre o governo João Goulart² se ampliou muito nos últimos anos e diversos historiadores vêm se voltando para a análise desse período histórico. Delgado (2010) sinaliza que esse processo se iniciou com as descomemorações realizadas nos 40 anos do golpe militar em 2004 e nos 30 anos da morte de Goulart em 2006. Ademais, a formação universitária de novos historiadores e cientistas sociais permitiu a análise da trajetória de Goulart e do golpe de 1964 sob uma nova perspectiva teórica, vinculada à nova história política e com base em novas fontes documentais.

Muitos desse autores criticaram o uso do conceito de populismo para caracterizar o governo Goulart (Castro Gomes, 2001). Nessa linha de estudos está o livro de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, intitulado *Jango: as múltiplas faces* (2007), em que os autores também argumentam que Goulart é um presidente esquecido ou lembrado em "chave muito crítica/negativa". Assim, seria necessário estudar mais a fundo as memórias sobre ele, enfatizando, principalmente, a pluralidade de perspectivas nos relatos sobre o ex-presidente. Na mesma linha está a coletânea organizada por Marieta Moraes Ferreira, *João Goulart: entre a memória e a história* (2006). Nessa obra, diversos historiadores e cientistas sociais buscam analisar de forma mais detida vários aspectos do governo. Outra obra publicada sobre o ex-presidente é *João Goulart: Uma Biografia* (2011), escrita por Jorge Ferreira. Ao longo do texto, o autor sublinha a experiência profissional de Jango na política como deputado estadual, secretário de Estado, deputado federal, ministro do Trabalho e duas vezes vice-presidente, antes de se tornar presidente da República. Ademais, fez faculdade de Direito e "formou-se em política brasileira pelas mãos de Getúlio Vargas" (Ferreira, 2011, p. 10).

Para além da discussão historiográfica, argumento que vale a pena se debruçar sobre a recuperação da imagem de Goulart também dentro da arena política brasileira. Portanto, busco demonstrar neste artigo que a imagem do ex-presidente João Goulart sofreu mudanças significativas também nos debates políticos dos partidos de esquerda, principalmente entre os grupos ligados ao Partido dos Trabalhadores. Enquanto antes ele era associado à figura do político populista, tanto no meio acadêmico quanto na arena política, hoje essa associação não é mais tão comum.

Para sustentar meu argumento, trabalho aqui com o conceito de reputação, utilizado dentro dos estudos sobre memória. Demonstro ao longo do texto que a reputação histórica é dispu-

tada; ela "está em jogo" e os atores envolvidos têm interesses e lutam pela legitimação de certas reputações, que devem ser vistas como positivas ou negativas. Saliento que enquanto trabalhos biográficos focam em como o indivíduo viveu, a sociologia da reputação foca em como o indivíduo é lembrado (Fine, 2001). O presente artigo parte desse segundo caminho de análise, buscando compreender o que foi contado sobre Jango, para além dos fatos históricos em si.

Primeiro faço uma discussão teórica e metodológica, explicando como o presente artigo se encaixa dentro de uma literatura maior sobre memória e reputação. Entrando depois propriamente na análise, foco então no momento de surgimento do PT, que tem em sua origem a crítica ao "velho sindicalismo", considerado pelego e populista (Santana, 1998). Finalmente, mostro como essas memórias vem sofrendo mudanças nos últimos anos, culminando na experiência vivenciada pelo PT durante o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, chamado por eles de golpe, assemelhando então o evento ao golpe que derrubou João Goulart mais de cinquenta anos atrás. Termino o artigo com as conclusões, argumentando que hoje as memórias petistas sobre João Goulart estão permeadas pelo o que chamo de nostalgia democrática³.

Arcabouço Teórico-Metodológico

Antes de começar a análise, vale a pena explorar mais a fundo a base teórica e as escolhas metodológicas para a presente pesquisa. Ao longo do texto, promovo um diálogo entre História e Memória, realizando uma sociologia compreensiva e interpretativa do passado, buscando entender as percepções dos atores sobre o ex-presidente João Goulart e os enquadramentos de memória realizados por eles. Como sociologia compreensiva e interpretativa, enfatizo a necessidade de compreender a perspectiva subjetiva dos atores investigados (aqueles que "lembram" de Jango), delineando o sentido atribuído por eles ao passado, assim como às suas experiências pessoais que os levaram a tais interpretações do passado. Concomitantemente, essas experiências mudam ao longo do tempo, levando também a novas interpretações do passado.

Argumento que a formação de memórias sobre Goulart resulta na construção de uma reputação em torno da figura do ex-presidente. Com base no trabalho de Fine (2001), DeSoucey et. al. (2008) explicam que o conceito de reputação se refere à construção de personas socialmente reconhecidas. No caso das reputações políticas de figuras públicas nacionais, essas personas

² João Goulart, conhecido como Jango, nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, em 1919. Era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado pelo seu padrinho político, Getúlio Vargas. Foi Ministro do Trabalho no governo Vargas (1953-1954); vice-presidente (1956-61); e presidente do Brasil (1961-1964), quando defendeu as chamadas Reformas de Base, criticadas pelas direitas pelo seu radicalismo e também criticada pelas esquerdas radicais, por ser tímida demais (Ferreira, 2011). Goulart foi deposto pelo golpe militar de 1964, tendo ido para o exílio no Uruguai e posteriormente na Argentina, onde faleceu em março de 1976. Foi o único presidente brasileiro a morrer no exílio.

³ Este artigo faz parte da minha pesquisa de doutorado, que resultou na tese intitulada *O Passado em Disputa: Memórias Políticas sobre João Goulart* (GOULART, 2020), defendida no PPGSA/UFRJ.

são construídas a partir de imagens compartilhadas sobre o passado e por meio de marcadores de identificação, e estão incorporadas em determinadas relações sociais e históricas (DeSoucey et. al., 2008, p. 100). Assim, a reputação histórica de Jango é disputada; ela "está em jogo" e os atores envolvidos têm interesses e lutam pela legitimação de certas reputações que devem ser vistas como positivas ou negativas (Fine, 2001).

Para analisar as memórias sobre João Goulart, busquei incluir na pesquisa as quatro dimensões de análise – ou os quatro ângulos do diamante. Como argumenta o sociólogo Gary Alan Fine (2001), há quatro poderes em jogo na construção de reputações:

1. o poder dos fatos históricos (o objeto cultural);
2. o poder das estruturas simbólicas construídas e expressas nas memórias coletivas (o mundo social);
3. o poder dos interesses dos atores envolvidos, que participam da construção de memórias (o criador, ou criadores); e finalmente,
4. o poder das relações sociais, que expressam a receptividade dos grupos sociais em aceitarem a interpretação oferecida (o receptor, ou receptores).

Ao mesmo tempo, é preciso enfatizar que as memórias não são estáticas, pois as quatro dimensões influenciam umas às outras. Como as memórias – e o próprio passado – são maleáveis, é necessário incluir na presente análise a dimensão temporal dos processos mnemônicos. A partir dos fatos históricos, diversas memórias sobre o governo João Goulart vão se acumulando ao longo do tempo. Argumento, então, que a adoção de uma perspectiva construtivista não é o suficiente para explicar inteiramente os diversos processos de rememoração. Apesar de o passado ser construído *a posteriori*, é imprudente afirmar que ele é totalmente inventado, pois é preciso que ele tenha alguma relação com o objeto cultural, ou o fato histórico ocorrido. Assim, o passado é maleável, mas não pode ser tratado como uma folha em branco.

Como solução para o impasse, Olick (1999) argumenta que as práticas mnemônicas não expressam o passado e nem o presente, mas as diferentes interações entre o passado e o presente. Seguindo essa análise, é possível perceber que a memória tem, também, uma dimensão processual. A construção de memórias é, também, um processo cumulativo. Não apenas os fatos do passado constroem a rememoração, mas também as representações anteriores desse passado constroem as representações do presente. Seguindo esse pressuposto, o caminho mais apropriado para a pesquisa seria o modelo de *path dependence*, pois possibilita o entendimento da dimensão processual e histórica das lutas pela memória. Para Mahoney (2000), o modelo de *path dependence* se aplica especificamente às sequências históricas nas quais eventos contingenciais específicos colocam em ação padrões institucionais ou cadeias de eventos que têm propriedades deterministas (Mahoney, 2000, p. 507). Para a identificação de *path dependence*, é necessário fazer o caminho reverso da trajetória histórica, traçando como o fenômeno social resultante surgiu a partir de eventos históricos anteriores.

É possível se apropriar dessa análise para o estudo das memórias sobre um indivíduo histórico, nesse caso, João Goulart.

Para isso, é necessário pensar na existência de uma trajetória reputacional. O sociólogo Robert Jansen (2007) sugere o estudo da trajetória reputacional de figuras históricas, argumentando que, na maioria das vezes, as memórias sobre os indivíduos históricos são estáveis, havendo poucos momentos de mudança. Entretanto, o autor recomenda que o foco da análise seja exatamente nesses momentos de ruptura, quando há mudanças críticas nas imagens desses indivíduos. É necessário entender essas clivagens que marcam o processo macro-histórico de construção de memórias, outrora permeado pela estabilidade simbólica.

Seguindo esse modelo, as trajetórias reputacionais são pontuadas por conjunturas críticas, cujos resultados não determinam o que ocorrerá a seguir, mas trazem consequências a longo prazo, que se solidificam e se institucionalizam. Essas consequências criam novas condições históricas que constroem, posteriormente, o espaço no qual os atores poderão atuar. Por isso, os atores envolvidos – chamados de empreendedores reputacionais – nunca trabalham a partir de uma tábula rasa. Eles encontram restrições e oportunidades herdadas do passado em que outros procuraram construir seus próprios projetos mnemônicos anteriores (Jansen, 2007, p. 962).

Aplicando esse modelo para o estudo das memórias sobre João Goulart, faço uma análise da trajetória reputacional do ex-presidente, focando especificamente nas memórias dos quadros petistas. Por meio disso, será possível ver como as imagens de Jango são construídas e reconstruídas ao longo do tempo. Nesse caso, como é o pressuposto de todo estudo de *path dependence*, a História importa. Por isso, seguirei ao longo do artigo a ordem cronológica dos eventos, mostrando como a reputação de Jango mudou, ou não, ao longo das décadas.

O sociólogo Maurice Halbwachs (1990), analisando o papel da memória, chegou à seguinte conclusão: "A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (Halbwachs, 1990, p. 71). E Pollak (1989) argumentou: "não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas; como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade" (Pollak, 1989, p. 4). Entretanto, sublinho que o passado não é inteiramente inventável, sendo necessário baseá-lo em fatos históricos reais. Por isso, Olick e Levy (1997) definem a memória coletiva como um processo contínuo de negociação ao longo do tempo. É esse processo que pretendo estudar. De fato, Jango foi esquecido por muito tempo e quando era lembrado, era de forma crítica. Entretanto, argumento que isso vem mudando nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, vemos que as reputações de figuras históricas não servem apenas para corroborar o passado, mas também para influenciar os debates do presente.

Logo, as memórias não devem ser tratadas como algo estático, mas sim como um processo mnemônico de construção e reconstrução de imagens sobre o passado. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende focar justamente nas "conjunturas cri-

ticas", onde houve mudanças significativas na trajetória reputacional do ex-presidente João Goulart. Escolhi focar a análise em alguns momentos históricos específicos, analisando discursos de lideranças petistas nos anos 1980, quando o movimento dos trabalhadores começa a ganhar projeção nacional e o Partido dos Trabalhadores é formado, e depois, no período em que o PT já estava ocupando a presidência da República. Passo pelos governos Lula e Dilma, relatando as iniciativas que buscavam recuperar a imagem de Goulart. Toda essa argumentação é também baseada na literatura correspondente, onde os discursos anteriores do PT foram previamente analisados por Santana (1998), Costa (2013) e Singer (2010).

Minha pesquisa empírica foca principalmente no período de crise do governo Dilma Rousseff, momento em que a figura de João Goulart começa a ser recuperada explicitamente pelo Partido dos Trabalhadores, que defendia o argumento de que o impeachment da presidente seria na verdade um golpe. Nesse momento, a figura de Dilma passa a ser associada ao ex-presidente João Goulart. Essa seria, segundo a minha argumentação, uma conjuntura crítica na trajetória reputacional de João Goulart, onde os quadros petistas funcionaram como importantes empreendedores reputacionais, influenciando o debate político do período. Principalmente as lideranças políticas do partido – como Lula, Dilma e até mesmo Gleisi Hoffman, presidente do PT – ganharam protagonismo no debate político do país, servindo como representantes da memória petista, para além de discursos individuais.

Agora é preciso explorar a questão das memórias petistas. Argumentei que o Partido dos Trabalhadores funciona como empreendedor reputacional. O que isso significa? O sociólogo Gary Alan Fine (2001) explica que os empreendedores reputacionais realizam um processo político intencional de enquadramento de memórias sobre indivíduos específicos, onde alguns aspectos do passado são estrategicamente enfatizados. Nesse caso, o enquadramento de memórias sobre o indivíduo pode ser chamado de construção de reputações, pois define os termos pelos quais o passado daquela pessoa será lembrado.

Voltando à questão da imagem de Goulart, argumento que, assim como na teoria da rotulação, analisada por Becker (2008), os estudos sobre reputações têm como elemento central de pesquisa o fenômeno de classificação das pessoas umas pelas outras. Como foi dito anteriormente, Fine (2001) argumenta que as reputações são disputadas; elas também "estão em jogo" e os empreendedores reputacionais têm interesses e lutam pela legitimação de certas reputações, que devem ser vistas como positivas ou negativas. Logo, a construção de reputações também seria um fenômeno de etiquetagem.

Ao mesmo tempo, é necessário ter empreendedores reputacionais que sejam capazes de impor ou legitimar essas reputações positivas ou negativas. Argumento que esse processo é arbitrário e construído *a posteriori*; não são características naturais ao indivíduo, mas atribuídas a ele pelos empreendedores reputacionais. Portanto, reputações e rotulações são construções sociais e em ambos, os comportamentos considerados adequados ou inadequados são definidos a partir de um sistema

de valores em particular e arbitrário, definidos pela sociedade a qual pertencem. Essa perspectiva sociológica reconhece que as reputações são apenas vagamente conectadas com as realizações pessoais dos indivíduos; e não apenas o talento, mas diversos fatores sociais determinam e asseguram a manutenção de reputações favoráveis (Olick e Robbins, 1998, p. 130).

Por fim, acrescento que a área da memória e, principalmente, da reputação política, ainda são campos problemáticos pouco estudados pelas ciências sociais. Assim, é necessário investir mais nessa linha de estudos, questionando as distinções sociológicas entre História e Memória. Acredito que o ato de lembrar é fundamentalmente um ato social, no qual os indivíduos empregam categorias sociais e normativas para definir quais são os elementos que comporão o passado (Olick e Robbins, 1998, p. 134).

O Novo Sindicalismo e a Ruptura com o Passado Populista

Com o fracasso do "milagre econômico" e as crescentes críticas ao autoritarismo da ditadura militar, novos movimentos sociais irrompem no cenário político brasileiro no final dos anos 1970. Entre eles está o Novo Sindicalismo, movimento composto por trabalhadores de classe média e média baixa, com instrução e capacidade de organização. Quando os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve em 1978, abriram espaço para a mobilização de outras categorias de trabalhadores, rompendo os limites da lei anti-greve estabelecida pelo regime militar, incluindo o arrocho salarial.

Após anos de silêncio e medo – pelo menos desde o AI-5 promulgado em 1968 – o movimento sindical voltava a fazer parte do cenário político brasileiro. O processo se desdobra em outras greves de metalúrgicos, em 1979 e 1980, aumentando o número de participantes e de categorias incorporadas, representando assim uma ascensão da classe trabalhadora no Brasil (Santana, 1998). Esse processo atinge o seu auge com a criação de um partido político que representasse esse novo movimento sindical: o Partido dos Trabalhadores, PT, criado em 1980. Pouco tempo depois, após diversas reuniões, dois organismos intersindicais de cúpula são também criados: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT). A ideia era criar um partido que surgisse dentro da própria classe trabalhadora.

Construído a partir de uma ideologia de esquerda radical, o Partido dos Trabalhadores surge como um movimento de classe média, incluindo trabalhadores, intelectuais e membros da igreja católica, nos anos 1980. O contexto de retomada da democracia era visto por esses grupos de esquerda como uma oportunidade para um "reinício", quando seria possível estabelecer um novo "marco zero", formando um novo partido político, simultaneamente democrático e socialista. A proposta de fundação, aprovada em um Congresso dos Metalúrgicos, em janeiro de 1979, falava em criar um partido "sem patrões", que não fosse

Os sindicatos de trabalhadores que cresceram nos recessos da ditadura, representando em parte uma camada operária recente, advinda do "milagre" econômico, propunham igualmente uma ruptura com o velho sindicalismo do período populista. Com o vigor típico dos gestos inaugurais, pregavam a liberdade sindical e a revogação da legislação que, segundo se dizia, inspirada no fascismo italiano, atrelava o movimento sindical ao Estado (Singer, 2010, p. 102).

Para Marco Aurélio Santana (1998), o movimento sindical dos anos 1980 era formado por duas correntes no Brasil, os "combativos" – formado pelo Novo Sindicalismo – e os "reformistas", pejorativamente também chamados de "pelegos" – formado pelos antigos pecebistas. Nesse contexto, os "combativos" centravam seus ataques no PCB e nas práticas do sindicalismo pré-1964. O objetivo do Novo Sindicalismo era justamente marcar uma ruptura com o passado, utilizando a teoria do populismo como embasamento teórico para tal fim. Assim, havia uma dupla ruptura: no campo sindical – através do Novo Sindicalismo – e no campo político – através do Partido dos Trabalhadores. Em ambos os casos, havia uma dura crítica ao passado comunista e trabalhista. Crítica essa que envolveria tanto a sua lógica de ação quanto a sua posição sobre a estrutura sindical.

Segundo Luiz Inácio da Silva, o Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, "teríamos de fazer uma certa divisão do movimento sindical (entre) antes e após 64. (...) eu acredito que o movimento sindical antes de 64 foi muito usado politicamente, fazia-se talvez uma politicalha, em vez de defender realmente a categoria" (Silva, 1981, p. 28). O sindicalismo pré-1964 não teria sido autônomo e independente porque, segundo Lula, "muitos movimentos eram feitos por interesses políticos, muitas vezes em benefício de quem estava no poder e mesmo de quem não estava, mas queria chegar lá".

José Ibrahim, um dos líderes da greve de Osasco de 1968 e um dos principais representantes do pensamento das Oposições Sindicais em fins dos anos 70, argumentava que as tentativas de rompimento com a estrutura sindical no período pré-1964 não seguiram passos corretos. Segundo ele, a orientação assumida neste período não teria sido a política "mais consequente de romper com essa estrutura sindical. Porque ela estava sendo feita de cima, e o rompimento tem de começar de baixo". Para Olívio Dutra, ligado ao setor bancário, o Novo Sindicalismo não podia reproduzir os erros do passado, criando organismos "que não tinham maior vinculação com a base" (Santana, 1998).

Vale a pena sublinhar aqui um curto depoimento de Luiz Inácio Lula da Silva sobre o ex-presidente João Goulart. Criticando o "peleguismo" do chamado "velho sindicalismo", ele afirma que "não vivi bem a época do João Goulart, mas acho que ele ouvia muito dirigente sindical de gabinete, sem base popular" (Silva, 1981, p. 29). Segundo ele, o movimento sindical do período pré-1964 poderia ter conseguido muita coisa, porém "não (o)

fez talvez porque os interesses maiores não fossem os da classe trabalhadora". Lula mencionou também Getúlio Vargas, de maneira bastante crítica, em entrevista concedida em 1979: "O que está existindo lá no ABC, principalmente em São Bernardo, é uma massa jovem de trabalhadores, pessoas que não aceitam esse tipo de exploração, que querem participar da vida política do país, que não viveram o populismo de Getúlio Vargas" (Silva, 1981, p. 179).

Segundo Lula, o trabalhador estava adquirindo apenas nos anos 1980 a consciência de classe. Reiterando o argumento do populismo, ele afirma que o período pré-1964 era marcado pela ação paternalista do Estado, em que o operariado esperava as benesses do Estado e não lutava ele mesmo como classe. Criticando a estrutura sindical corporativa – marca do legado varguista – Lula critica também a atuação do próprio Ministério do Trabalho, pois o movimento sindical brasileiro teria um "cordão umbilical preso ao Ministério do Trabalho"⁴. Segundo ele, seria preciso também "acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. (...) O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista" (Silva, 1981, p. 45). Para Olívio Dutra, tanto a estrutura sindical quanto o "sindicato legal", "institucional", seriam "ferramentas da classe dominante", não estando a serviço "daqueles a quem deveriam servir". O sindicato proposto pelo Novo Sindicalismo seria "aquele organizado na base, articulado com os setores populares e que é real em algumas regiões e em algumas categorias" (Silva, 1984, p. 143).

Nesse sentido, o PT surge com uma crítica radical ao modelo sindicalista varguista, em que os sindicatos estariam atrelados ao Estado, buscando promover então a autonomia sindical e também a autonomia em relação aos outros partidos políticos, que diferentemente do PT, não estariam preocupados com os interesses dos trabalhadores. Nesse caso, seria apenas um partido surgido a partir dos próprios trabalhadores, o PT, que poderia defender os seus interesses (nesse caso, até mesmo o PCB não seria autêntico). Seria apenas assim que seria possível criar um sindicalismo de baixo para cima. Para José Ibrahim, "só se rompe com a estrutura sindical vertical, populista e corporativista através da organização pela base, da organização das comissões de fábrica. (...) Com isso se democratiza o sindicato em todos os níveis (...) e isso para mim é o sindicalismo de novo tipo" (Silva, 1980, p. 17). Santana (1999) resume assim a memória do Novo Sindicalismo sobre o sindicalismo dos tempos de João Goulart:

Em suma, o sindicalismo do passado era visto pelos "novos sindicalistas" como sem bases, de cúpula, de gabinete, distante da classe trabalhadora e orientado por interesses políticos. Esta visão marcou algumas das concepções que informaram inicialmente as práticas do "novo sindicalismo", nas quais as representações negativas acerca do passado eram presença constante, indicando as práticas a serem ultrapassadas no presente (Santana, 1999, p. 107-108).

⁴ Vale lembrar que João Goulart foi justamente Ministro do Trabalho durante o segundo governo de Getúlio Vargas.

O Partido dos Trabalhadores na Presidência da República

Após chegar em segundo lugar nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, o líder petista Luiz Inácio Lula da Silva é finalmente eleito presidente da República em 2002. A chamada "Carta ao Povo Brasileiro", assinada por Lula em junho de 2002, marcaria o início de uma nova etapa na história do Partido dos Trabalhadores, formando a "segunda alma" do Partido, segundo André Singer (2010). Nesse momento, "deu-se o sinal de que o velho radicalismo petista havia sido arquivado" e que Lula faria as concessões exigidas pelo capital financeiro. Foi, a princípio, uma decisão de campanha, mas cerca de um mês depois o Diretório Nacional, reunido no centro de convenções do Anhembi, em São Paulo, aprovou as propostas antecipadas pela carta, transformando-as em orientações partidárias. Para Singer, esse segundo sistema de crenças "passaria a residir definitivamente dentro do peito do partido, lado a lado com o que o havia precedido" (Singer, 2010, p. 105).

A preservação da estabilidade econômica e a defesa da ordem estariam também presentes nos programas políticos da presidente Dilma Rousseff, oito anos depois. Ao mesmo tempo, o partido se dispõe a fazer alianças com grupos políticos mais conservadores e Lula escolhe José de Alencar, empresário filiado ao Partido Liberal (PL), para ser seu vice. Posteriormente, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), seria o vice de Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, percebe-se também uma aproximação de setores evangélicos ao governo Lula.

Além da moderação do discurso – em que o PT não mais dizia que queria revolucionar a sociedade brasileira – é visível também um enfraquecimento dos vínculos do Partido com os movimentos sociais e sindicatos e, como contraponto, o aumento de sua inserção no Estado. Promove-se também um distanciamento das bases e a estruturação de uma cúpula profissionalizada. Ao longo dos dois governos Lula é possível ver também uma mudança no eleitorado petista, composto anteriormente principalmente por membros da classe média intelectualizada e profissionais liberais, e nas eleições de 2006, por indivíduos de classe social marcadamente mais baixa e menos escolarizada. Para Singer (2010), há uma "popularização das fontes de apoio, surgindo um novo partido dos pobres, com características próximas ao PTB anterior a 64" (Singer, 2010, p. 90). O Partido Trabalhista Brasileiro era justamente o partido de Goulart.

É ainda no segundo governo Lula que o Estado brasileiro finalmente concede anistia política ao ex-presidente João Goulart. A anistia foi concedida durante julgamento da Comissão de Anistia Política do Ministério da Justiça, realizado em Natal (RN),

no dia 15 de novembro de 2008, durante o 20º Encontro da Ordem dos Advogados do Brasil. Durante o evento, o Ministro da Justiça Tarso Genro leu uma carta do presidente Lula. Ele colocava a anistia como um pedido oficial de desculpas do Estado brasileiro. Estava escrito na carta de Lula: "O ato de hoje não apenas homenageia sua memória, mas também marca um pedido oficial de desculpa do Estado brasileiro pela sua comissão de anistia que, em nome do povo, reconhece os erros do passado". No texto, Lula afirmava também que a decisão representa a renovação do compromisso público firmado pela sociedade em 1988, com a elaboração da Constituição, de avançar na consolidação de um projeto de Nação baseado na verdade, na valorização da diferença e da vida.

Já no governo Dilma Rousseff, o ex-presidente João Goulart recebe honras de chefe de Estado e tem seu corpo exumado, após suspeitas de assassinatos ressurgirem na grande imprensa⁵. Em maio de 2013, a Comissão Nacional da Verdade aprova a necessidade de exumação do corpo do ex-presidente Goulart para verificar as causas de sua morte. A exumação foi marcada para o dia 13 de novembro do mesmo ano e quem conduziria o processo seria a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário. A equipe liderada pela ministra contava com a participação de membros da Comissão Nacional da Verdade, peritos da Polícia Federal e especialistas forenses da Argentina, Uruguai e Cuba, países com experiência no tema.

No dia 14 de novembro de 2013, os restos mortais de Jango foram removidos de seu túmulo em São Borja e foram transportados para Brasília, para a coleta de amostras. No mesmo dia, a cerimônia de chefe de Estado ocorre em Brasília, com a presença de diversas lideranças políticas (a cerimônia havia sido impedida pelos militares durante a ditadura). Além da presença de Dilma Rousseff, de diversos ministros e políticos, estavam também os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Collor de Mello e José Sarney. Fernando Henrique Cardoso não teria comparecido por motivos de doença.

A presidente Dilma Rousseff, em sua conta no Twitter, declarou que: "Hoje é um dia de encontro do Brasil com a sua história. Como chefe de Estado da República Federativa do Brasil participo da recepção aos restos mortais de João Goulart, único presidente a morrer no exílio, em circunstância ainda a serem esclarecidas por exames periciais". Ela acrescenta que "essa cerimônia que o Estado brasileiro promove hoje com a memória de João Goulart é uma afirmação da nossa democracia. Uma democracia que se consolida com este gesto histórico" (Exame, 2014). Vale a pena lembrar que a própria Dilma Rousseff foi vítima da ditadura, sendo presa e torturada pelos militares. Logo depois, a equipe de peritos internacionais responsável pela investigação declarou que, infelizmente, os resultados foram inconclusivos⁶. Após os traba-

⁵ O ex-agente uruguaio Mário Neira Barreiro afirmava que Goulart foi envenenado com pílulas adulteradas na Operação Escorpião, coordenada por Uruguai, Brasil e Estados Unidos, dentro do Plano Condor. Ademais, documentos recentemente desclassificados pelo governo brasileiro comprovavam que Goulart era vigiado constantemente pelo governo brasileiro e que havia um agente infiltrado em sua casa.

⁶ Na verdade, não foram encontrados restos de veneno no corpo exumado, porém, não seria possível descartar a hipótese que, dado o tempo entre a morte e a exumação, os traços químicos do veneno possam ter sumido naturalmente.

lhos, o segundo enterro ocorreu novamente em São Borja no dia 6 de dezembro de 2013.

Uma semana depois, no dia 20 de novembro, foi anulada no Congresso Nacional a sessão que depôs o presidente João Goulart. O senador Randolfe Rodrigues, um dos autores do projeto, declarou no Plenário que: "João Goulart estava no comando de suas atribuições e em pleno território nacional e, por isso, o presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, não poderia ter convocado arbitrariamente a sessão e muito menos ter declarado vaga a presidência". Ele acrescentou que a devolução do mandato "tira os ares de legalidade" do golpe militar de 1964, afirmando que "trata-se do resgate da história e da verdade, visando tornar clara a manobra golpista levada a cabo no plenário deste Congresso Nacional e corrigir, ainda que tardiamente, uma vergonha da história para o poder Legislativo brasileiro". O senador Pedro Simon, antigo amigo de João Goulart, também declarou: "Não vamos reconstituir os fatos. A história apenas dirá que, naquele dia, o presidente do Congresso usurpou de maneira estúpida e ridícula a vontade popular depondo o presidente da República".

Durante a votação, o então deputado Jair Bolsonaro discursou na Câmara criticando a anulação da sessão que depôs João Goulart (Mendes e Passarinho, 2013). Ele citou que a sessão de deposição do então presidente da República teve a presença de personalidades tidas como democratas, como Ulysses Guimarães, que presidiu a Assembleia Nacional Constituinte, e o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek (os dois votaram a favor da posse do General Castello Branco naquela ocasião).

Logo depois, em 18 de dezembro de 2013, o Congresso Nacional, reunido em sessão simbólica, devolveu o mandato presidencial de João Goulart. A sessão teve a presença da presidente Dilma Rousseff, de ex-presidentes da República e da viúva de Jango, Maria Thereza Goulart. O presidente do Congresso Nacional à época, Renan Calheiros, PMDB, posicionou-se assim: "O Congresso não deve recusar ou fugir de suas responsabilidades, ainda que impliquem em um revisionismo histórico". Para ele, a devolução simbólica do diploma de Jango é uma forma de "apagar uma nódoa da história do Brasil". "A falsidade que perdurou por 49 anos, finalmente nos encontrando com a verdade. Estamos declarando que João Goulart não era um fugitivo, mas sim uma vítima. É uma desculpa histórica que o Congresso deve ao país" (Coelho, 2013).

Crise Política e a Construção do Discurso sobre o Golpe

Durante a crise do governo Dilma Rousseff em 2016, a imagem de João Goulart volta, mais uma vez, a aparecer no cenário político, sendo reavivada principalmente pelo Partido dos Trabalhadores. No dia 23 de agosto, às vésperas do início do julgamento de seu impeachment e já afastada do governo, a ex-guerrilheira e presa política da ditadura militar, Dilma Rousseff declarou em um ato popular em São Paulo:

Não renunciei porque hoje existem espaços democráticos neste país. Eles (a oposição) não obrigaram a me suicidar como obrigaram o Getúlio e nem me fizeram pegar um avião para o Uruguai como fizeram com o Jango. E sabe por quê? Porque tem uma democracia aqui que lutamos para construir. (...) Temos que saber que esta luta não tem data para terminar (Amorim, 2016).

Com o encaminhamento do processo, as esquerdas passam a chamar o impeachment de golpe contra Dilma Rousseff, fazendo uma clara alusão ao golpe de 1964, contra João Goulart, visto como processo semelhante, quando as direitas teriam se reunido para depor um presidente eleito. Não por acaso, alguns dias depois, os deputados Roberto Requião (PMDB) e Lindbergh Farias (PT), quando subiram no Plenário para votar contra o impeachment, gritaram aos ventos: "Canalhas! Canalhas! Canalhas!" (Rossi, 2016). O mesmo bordão de Tancredo Neves, quando a presidência da República foi declarada vaga por Auro de Moura Andrade em 1964, com o presidente João Goulart ainda em território nacional.

Dois anos depois, quando o impeachment já estava consumado e a Operação Lava Jato passava a investigar Luiz Inácio Lula da Silva durante o governo Michel Temer, a imagem de João Goulart volta a ser evocada pelos petistas. No dia 6 de abril de 2018, o PT publica em sua página oficial no Twitter: "Vargas, Jango e outros inúmeros líderes sofreram derrotas, mas seus legados seguem vivos. A Luta continua!" (Istoé, 2018). Na pré-candidatura de Lula à presidência – que seria depois cancelada com a sua prisão – o PT organiza uma caravana pelo Brasil. Entre as cidades visitadas pelo ex-presidente estava a pequena São Borja, onde Vargas e Jango nasceram.

O ex-governador gaúcho Olívio Dutra – mencionado anteriormente – também participou do ato em São Borja. Em seu discurso, ele lembrou que Vargas também foi acusado de ter um governo inundado por "um mar de corrupção" quando enfrentava as oligarquias do país, enquanto se dizia que João Goulart queria fazer do Brasil uma "federação sindical", traçando um paralelo com o cenário político vivido pelo PT naquele momento. "Essas acusações estão sendo repetidas por aqueles que querem fazer a história do Brasil voltar para trás". No mesmo ato, Dilma Rousseff declara: "Aqui é uma terra de heróis, o povo precisa de heróis e nós temos. Aqui está nosso inesquecível presidente Getúlio Vargas, João Goulart e Brizola, três gaúchos que pensaram o Rio Grande, mas também pensaram o Brasil". Enquanto isso, Gleisi Hoffmann, presidente do PT, critica aqueles que tentaram impedir o ato em São Borja:

Entramos em São Borja porque seus antepassados lutaram pela democracia, lutaram para que tivéssemos uma Constituição que garantisse o direito de ir e vir. (...) Essa gente com seus tratores, com discurso moralista, que chamam nosso presidente de corrupto, são da mesma laia de Carlos Lacerda, que levou Getúlio ao suicídio. É uma vergonha, filhos de São Borja, que tem Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, tenham atitudes ignorantes como essa. (...) Eles deviam ter vergonha do que estão fazendo. Eles enlameiam o nome daqueles que dão

honra para essa cidade, pois eles estavam desse lado aqui, do lado do povo, e não do lado da elite. Nós temos lado, o lado de Getúlio, de Jango, de Brizola e do povo brasileiro.

Miguel Rosseto, ex-ministro no governo Rouseff acrescenta que “os mesmos que tiraram Getúlio, deram o golpe em Jango, os mesmos golpistas que afastaram a presidente Dilma, não querem que Lula represente o povo brasileiro nessas eleições” (Fundação Perseu Abramo, 2018). Na página do Partido dos Trabalhadores, relatando a viagem, está escrito:

Getúlio, Jango e Lula, para além de serem ex-presidentes da República, têm uma marca indelével em comum: a consolidação, a defesa e a ampliação dos direitos do trabalhador. (...) É esta a realidade atual do Brasil. É para restabelecer a máxima de que direitos se ampliam, e não se reduzem, que Lula é pré-candidato à Presidência da República. É em homenagem a esta história de conquistas de direitos que Lula visita a cidade de São Borja, terra de Getúlio e de Jango (Segalla, 2018).

No primeiro pronunciamento de Lula após a sua prisão, o nome de Goulart volta a aparecer. Lula diz: “Nem em 1954 com Getúlio e nem em 1964 contra Jango, se viu tanta demonização contra um partido, um governo ou um presidente” (Carta, 2019). As críticas ao governo Michel Temer, considerado golpista, continuariam até as eleições seguintes.

A partir desses fatos, argumento que o Partido dos Trabalhadores, que inicialmente foi criado com a imagem de “marco zero” – buscando se diferenciar do velho sindicalismo e do legado janguista – quando ocupa o poder, acaba se aproximando dessa memória. Nesse sentido, é possível ver uma tentativa de construção também de um legado das esquerdas no Brasil, que seriam sistematicamente atacadas por grupos de direita, que usariam métodos golpistas para derrubar presidentes que procurassem realizar mudanças no país que beneficiassem os trabalhadores e os mais pobres. Segundo essa interpretação, o PT, agora na oposição, manteria vivo o legado das próprias esquerdas, das quais fazem parte os ex-presidentes Getúlio Vargas, João Goulart, Lula da Silva e Dilma Rouseff. Todos teriam sofrido golpes vindos da direita conservadora.

Conclusão: Do Esquecimento à Nostalgia Democrática

Com o fracasso das utopias revolucionárias – que marcaram o século XX – as esquerdas brasileiras passam a defender a democracia como modelo político preferencial de governo para o país. Na retomada da democracia no Brasil, houve um progressivo declínio “da sedução das utopias revolucionárias, substituídas, pelo menos por enquanto, pela lógica da negociação, do diálogo, das reformas” (Aarão Reis, 2005, p. 68). Hoje a modernidade está identificada com a democracia e não mais com a revolução. Nesse processo, a esquerda revolucionária passa a ser considerada anacrônica e os grupos progressistas passam a

privilegiar cada vez mais a interlocução com os setores social-democratas (Toledo, 1994, p. 28).

Busquei demonstrar que os governos do PT simbolizam essa transformação, substituindo o discurso radical do chamado “Novo Sindicalismo” pelo discurso conciliador da “Carta ao Povo Brasileiro” escrita por Luiz Inácio Lula da Silva, que marca a sua disposição para o diálogo e conciliação com setores empresariais e com a elite brasileira. Hoje o discurso revolucionário de esquerda está restrito a pequenos grupos, com pouca expressão no cenário político atual. Argumento que nesse contexto de revalorização da moderação e do reformismo, a imagem de João Goulart começa a ganhar projeção, servindo de legado da democracia no Brasil, e levando a uma revalorização de sua imagem tanto na academia quanto na arena política.

Nesse processo, as atitudes antes consideradas conciliadoras e populistas – expressas na figura do ex-presidente João Goulart – a partir do ponto de vista radical, agora passam a ser vistas como expressões de democracia e liberdade de expressão. Inicialmente a imagem de Goulart foi em grande parte esquecida pelas esquerdas que fazem parte do Partido dos Trabalhadores, pois o presidente era associado à ditadura que viria a seguir – àquilo que ele não conseguiu evitar, formando assim um olhar teleológico sobre o seu governo, marcado pelo fracasso e pela frustração com a não-resistência, causada pelo caráter populista de seu governo. Porém, esse processo mnemônico sofre uma inflexão, fazendo com que Goulart seja hoje associado – pelo PT – à importância da manutenção da democracia institucional, vigente de maneira ampla e irrestrita em seu governo.

O Partido dos Trabalhadores – com um discurso mais radical em sua origem – quando assume o poder acaba por adotar medidas classificadas como conciliadoras e, mesmo assim, é destituído do poder por um movimento chamado por eles de golpe. Assim, o PT, que antes criticava o chamado “populismo” do velho sindicalismo simbolizado pelo PTB e PCB – considerado pelego – acaba construindo para si uma trajetória muito similar àquela apresentada durante o governo João Goulart. Nesse momento, os petistas passam a defender uma memória de que as esquerdas são sempre perseguidas quando ocupam o poder, associando o legado de Vargas e Jango a Lula e Dilma Rouseff. Nesse sentido, em vez de construir um discurso que estabelece um “marco zero” – como haviam feito nos anos 1980 – agora os petistas retomam o passado para explicar o presente, enfatizando as continuidades entre as esquerdas históricas do Brasil em vez das rupturas ideológicas.

Portanto, principalmente a partir do impeachment de Dilma Rouseff, o Partido dos Trabalhadores retoma esse passado sob uma nova perspectiva política, reafirmando a necessidade de preservar o Estado democrático brasileiro. Baczko (1985) argumenta que o poder político se rodeia de representações coletivas. E “para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico” (Baczko, 1985, p. 297). Citando Pierre Ansart (1978), acredito que “a produção ideológica pode permitir o mascaramento, a deslocação ou o desvio dos conflitos ou das potencialidades do conflito e ainda exagerá-lo ou amenizá-lo, articulando um conflito imaginário sobre as po-

tencialidades efetivas" (Ansart, 1978, p. 11). Logo, no momento de destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, a memória do conflito político instalado pela ditadura é fundamental para a tentativa de manutenção do governo no poder, por parte do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, o partido abandona o argumento populista e passa a adotar progressivamente um discurso de defesa da democracia institucional.

Referências

- AARÃO REIS, D. 2005. O governo Lula: das utopias revolucionárias à política como arte do possível. *Revista USP*, n. 65, pp. 64-73. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i65p64-73>
- ANSART, P. 1978. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 276 p.
- BACZKO, B. 1985. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*, v. 5, p. 296-332.
- BECKER, H. S. 2008. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 232 p.
- CASTRO GOMES, A. 2001. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: J. FERREIRA. *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 17-58.
- CASTRO GOMES, A.; FERREIRA, J. 2007. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro, FGV, 272 p.
- COSTA, I. C. G. 2013. Os petistas e a crise do socialismo real: os desafios da renovação e as heranças das esquerdas tradicionais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 66, pp. 309-330. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882013000200015>
- DELGADO, L. 2010. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, v. 14, n. 28. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000100006>
- DESOUCEY, M.; POZNER, J.; FIELDS, C.; DOBRANSKY, K.; FINE, G. A. 2008. Memory and sacrifice: An embodied theory of martyrdom. *Cultural Sociology*, v. 2, n. 1, pp. 99-121. <https://doi.org/10.1177/1749975507086276>
- FERREIRA, J. 2011. *João Goulart: uma biografia*. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 713 p.
- FINE, G. A. 2001. *Difficult Reputations: Collective Memories of the Evil, Inept, and Controversial*. Chicago, University of Chicago Press, 267 p.
- FREIRE, A. 2016. O fio da História: Leonel Brizola e a renovação da tradição trabalhista no Brasil contemporâneo (1980-1990). In: A. FREIRE; J. FERREIRA (orgs.). *A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 181-206.
- GOULART, B. 2020. *O Passado em Disputa: Memórias Políticas sobre João Goulart*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 390 p.
- HALBWACHS, M. 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais. 189 p.
- JANSEN, R. S. 2007. Resurrection and Appropriation: Reputational Trajectories, Memory Work, and the Political Use of Historical Figures. *American Journal of Sociology* 112, no. 4, pp. 953-1007. <https://doi.org/10.1086/508789>
- MAHONEY, J. 2000. Path dependence in historical sociology. *Theory and Society*, 29, no. 4, p. 507-548. <https://doi.org/10.1023/A:1007113830879>
- MORAES FERREIRA, M. (Org.). 2006. *João Goulart: Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro, FGV, 191 p.
- OLICK, J. K. 1999. Genre memories and memory genres: A dialogical analysis of May 8, 1945 commemorations in the Federal Republic of Germany. *American Sociological Review*, p. 381-402.
- OLICK, J. K.; LEVY, D. 1997. Collective memory and cultural constraint: Holocaust myth and rationality in German politics. *American Sociological Review*, p. 921-936.
- OLICK, J. K.; ROBBINS, J. 1998. Social memory studies: From "collective memory" to the historical sociology of mnemonic practices. *Annual Review of Sociology*, p. 105-140.
- POLLAK, M. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 3-15 pp.
- SANTANA, M. A. 1998. O "Novo" e o "Velho" Sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, n. 10-11, p. 19-35.
- SILVA, L. I. 1981. *Lula: Entrevistas e discursos*. São Paulo, O Repórter.
- SINGER, A. 2010. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos Cebrap*, n. 88, pp. 89-111. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300006>
- TOLEDO, C. N. 1994. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Crítica Marxista*. n. 1, São Paulo, 27-38 pp.
- WEFFORT, F. 1978. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 206 p.
- WEFFORT, F. 1965. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, v. 2, 39-60 pp.

Jornais e Revistas:

- AMORIM, S. 2016. "Dilma cita Getúlio e Jango e diz: 'Luta não tem data para terminar'". *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de agosto. Disponível em: www.oglobo.globo.com
- CARTA, M. 2019. "Lula dá uma lição de resistência". *Carta Capital*, São Paulo, 6 de maio. Disponível em: www.cartacapital.com.br
- COELHO, M. 2013. "Após 49 anos, Congresso devolve mandato de Jango". *Congresso em Foco*, Brasília, 18 de dezembro. Disponível em: www.congressoemfoco.uol.com.br
- MENDES, P.; PASSARINHO, N. 2013. "Congresso anula sessão que depôs João Goulart da Presidência em 1964". *G1*, Brasília, 21 de novembro. Disponível em: www.g1.globo.com
- ROSSI, M. 2016. "Por que tanta ênfase nos 'canalhas' no Senado?". *El País*, São Paulo, 31 de setembro. Disponível em: www.brasil.elpais.com
- SEGALLA, V. 2018. "Por que Lula está visitando os museus de Jango e Getúlio?". *PT*, 21 de março. Disponível em: www.pt.org.br
- SILVA, L. I. 1984. *Escrita/Ensaio* (entrevista), n. 13.
- SILVA, L. I. 1980. *Escrita/Ensaio* (entrevista), n. 6.
- ISTOÉ. 2018. "No Twitter, PT compara Lula a Vargas e João Goulart". 6 de abril. Disponível em: www.istoe.com.br
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO: Partido dos Trabalhadores. 2018. "Em São Borja, Lula homenageia legado da CLT deixado por Getúlio". São Paulo, 22 de março. Disponível em: www.fpabramo.org.br
- EXAME. 2014. "Dilma recebe restos mortais de Jango com honras militares". São Paulo, 30 de março. Disponível em: www.exame.abril.com.br
- PARTIDO DOS TRABALHADORES (secretaria de formação política). 1991. *O que é o PT (cartilha)*, São Paulo.

Submetido: 15/02/2022

Aceite: 08/04/2022